



Poder paralelo ganha terreno

Um dos desafios de Lula e dos governadores é tentar frear o ritmo crescente de mortes violentas imposto por facções criminosas

» RENATO SOUZA
» IAGO MAC CORD*

Motivo de preocupação da população, a crise de segurança no país promete causar dor de cabeça ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva, mas também às gestões estaduais. Entre os anos de 2017 e 2019, o Brasil registrou uma queda substancial no número de mortes violentas intencionais. A redução foi de quase 20 mil óbitos, fazendo o país sair de 59 mil homicídios para 41 mil em apenas dois anos, de acordo com dados do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. No entanto, desde então, a situação da violência está estagnada em uma taxa elevada, com média de 40 mil vidas perdidas por ano em situações de violência extrema.

Especialistas ouvidos pelo *Correio* destacam o principal desafio na segurança da maior nação da América Latina: combater as facções criminosas. O poder público estagnou nos avanços contra o narcotráfico e a sociedade convive com um poder paralelo que desafia o Estado e as instituições.

Nos últimos meses, episódios envolvendo facções têm gerado grande repercussão e mostrado a ousadia dos criminosos. No Aeroporto de Guarulhos, o empresário Antonio Vinícius Gritzbach, delator do Primeiro Comando Capital (PCC), a maior facção criminosa do país, foi morto a tiros em plena luz do dia. Uma investigação preliminar aponta o envolvimento

de policiais que seriam ligados ao PCC no caso. Ele estava em contato constante com o Ministério Público e com integrantes do Poder Judiciário, mas isso não fez com que os executores e os mandantes desistissem de colocar o plano de execução em prática.

Em Jericoacoara, no Ceará, outro crime chocou a população. Um jovem de 16 anos foi sequestrado e morto por oito homens próximos a uma pousada. As informações preliminares repassadas à polícia apontam que o adolescente foi executado por conta de um símbolo que fez com a mão em uma foto. Sem saber que o gesto representava uma facção, o jovem assinou sua sentença de morte com uma foto publicada nas redes sociais. A área em que ele estava é dominada pelo Comando Vermelho.

Na briga por território para explorar o comércio de drogas, produtos ilegais, contrabando e serviços, como distribuição de internet, gás, água encanada e até de postos de combustíveis, as organizações atuam para eliminar rivais e tiram a vida de quem não aceita pagar taxas cobradas pelo narcotráfico ou ousam levar até as autoridades denúncias sobre o domínio da região. Nas últimas décadas, policiais foram cooptados, formando milícias, e até mesmo militares de forças armadas estrangeiras, como homens do Exército do Paraguai pagos para liberar a passagem de drogas na fronteira com o Brasil.

O diretor-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública,

Sergio Lima/AFP



Segundo Lewandowski, crime organizado não é mais uma ameaça somente local e exige combate integrado

Renato Sérgio de Lima, explica que o sistema prisional é o berço de praticamente todas as facções de base carcerária. Para ele, as facções, hoje, operam como grandes holdings — uma empresa que possui o controle acionário ou participação majoritária em outras empresas — do crime, como o PCC. A facção que surgiu nos presídios de São Paulo mantém 20 mil homens e suas fileiras e lucra cerca de R\$ 1 bilhão por ano, de acordo

com estimativas do Ministério Público de São Paulo. No total, o crime organizado fatura R\$ 146 bilhões anualmente no país.

“Isso significa que o Estado não está exercendo controle adequado sobre esse sistema, formado por mais de 1,5 mil unidades prisionais nos estados e cinco unidades federais. Assim, é necessário passar por uma modernização não apenas legislativa, mas também da gestão dos presídios. Essa modernização

envolve, por exemplo, a implementação do plano da ADPF 347, que deve ser homologado pelo Supremo Tribunal Federal nos próximos dias”, explicou.

De acordo com dados do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024*, as regiões Nordeste (que lidera o ranking desde 2011) e Norte são as que apresentam as maiores taxas de mortes violentas intencionais (MVIs) por 100 mil habitantes — 36,5 e 34,0, respectivamente,

seguidas por Centro-Oeste, com 22,6, Sul (16,4) e Sudeste (14,0). O estudo destaca o fato de que as duas regiões abrigam os estados que mais sofrem com “um quadro acentuado de disputas entre facções de base prisional”, que buscam rotas e territórios.

Segundo a pesquisa, o país possui uma taxa de 22,8 mortes intencionais para cada 100 mil habitantes, porém, estados como o Amapá — atualmente o mais violento — estão 206,5% acima disso, com uma taxa de 69,9.

O *Anuário* ressalta, ainda, que existem duas explicações principais para as MVIs no país: as disputas de mercado e pontos de vendas de drogas entre as organizações criminosas de base prisional e milícias que possuem o controle de territórios de forma “armada e violenta”. O material destaca o Estudo Global sobre Homicídios 2023, do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, sigla em inglês), que mostrou que 50% dos homicídios nas Américas são motivados pelo crime organizado — a média mundial, de acordo com a pesquisa, é de 22%.

Para Renato, o país investe muito no patrulhamento ostensivo, nas polícias militares, mas “muito pouco” nas polícias civis e na investigação. “Esse desequilíbrio gera impunidade, e os poucos que são responsabilizados acabam, muitas vezes, sendo entregues ao crime organizado, uma vez que grandes lideranças estão misturadas com o crime comum.”

Taxa de mortes violentas intencionais

(MVI) por 100 mil habitantes



TAXA DE MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS (MVI) POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024

Valido Virgo/CB/D.A Press

Metas da PEC

Na opinião de Guaracy Mingardi, ex-subsecretário Nacional de Segurança Pública e especialista em organizações criminosas, o governo atual adotou algumas medidas importantes, como empregar a Polícia Federal para investigar o crime organizado. Porém, ele defende medidas que trariam mais efeito prático, como a criação de uma polícia de fronteira.

“O FBI existe para investigar. Para a fronteira, tem outras polícias. No caso do Brasil, tem todo o processo legislativo de criar mais uma polícia. A União poderia bancar parte das polícias dos estados que têm fronteira, como Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Acre. Bancar para que elas mantenham um contingente maior nas fronteiras”, completa.

Segundo o especialista, porém, o governo federal tem responsabilidades limitadas, pois a segurança pública é competência do governo estadual, mas que o Executivo federal pode adotar na padronização de ações, aquisição de tecnologia, pessoal e de combate aos crimes interestaduais.

O diretor-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Renato Sérgio de Lima, por sua vez, defende que a proposta de emenda à Constituição (PEC) da Segurança, apresentada pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, em nome do governo federal, possui um lado positivo que consegue mitigar e até anular as suas fragilidades e problemas.

Para Lima, o “grande mérito da PEC” é que ela toca em um assunto que “ninguém nunca quis enfrentar: o pacto federativo”. E explica que a proposta pensa a segurança como um sistema de políticas públicas que envolvem um conjunto de instituições que precisam estar articuladas e coordenadas a partir de métricas e parâmetros comuns. Segundo ele, a partir disso, poderia, de certa forma, balizar a ação no nível nacional e subnacional. (RS e IMC*)

*Estagiário sob a supervisão de Andreia Castro



Boletim informativo das Organizações PauloOctavio

EDIÇÃO Nº 982 | ANO 50

5 DE JANEIRO DE 2025 | BRASÍLIA/DF



1975 | 2025



2025







PAULOCTAVIO 50 ANOS

HISTÓRIAS DE GENTE, TRABALHO, EMPREGO, CONFIANÇA E PIONEIRISMO

Histórias PauloOctavio chega aos 50 anos repleta de histórias para contar. São histórias de gente, trabalho, emprego, confiança, pioneirismo, ousadia, obras, cidadania, tudo que uma organização responsável e ética tem o dever de realizar.

Realizações Hoje são 753 empreendimentos realizados, mais de 6 milhões de m² construídos, 55 mil unidades residenciais e empresariais entregues e 18 mil empregos diretos e terceirizados.

Gratidão Por isso é com muito orgulho e gratidão que celebramos 50 anos. Orgulho por ter atravessado cinco décadas gerando emprego, renda e riqueza para Brasília. Gratidão a todos os trabalhadores, gerentes, engenheiros, arquitetos, fornecedores que tornaram possível tantas realizações.

www.paulooctavio.com.br